POR UMA GEOGRAFIA DO ATRITO: ENSAIO DIALÉTICO SOBRE A VIOLÊNCIA URBANA.

MELGAÇO, Lucas de Melo. PUCCAMP/ USP. lucasm@puc-campinas.edu.br

Palavras-chave: violência urbana, método dialético, planejamento territorial.

Resumo

Uma das maiores vantagens em se adotar o método dialético nos estudos de Geografia está justamente em considerar a realidade, ou o espaço geográfico, em sua complexidade. Não uma realidade fragmentada, como vem sendo feito nos estudos analíticos sobre a violência, mas uma realidade dialética, dinâmica, mutante.

Boa parte dos geógrafos que tentaram e vêm tentando estabelecer este diálogo entre Geografia e Violência acabou esbarrando nas limitações do método analítico. É apenas sobre este princípio que se justificam trabalhos tratando das ligações entre clima e criminalidade (MENDONÇA, 2001) ou violência e geoprocessamento (FRANCISCO FILHO, 2004), ferramental este, que por sinal, possui uma aderência impressionante com esta linha metodológica.

Há muito, porém, o método analítico vem se mostrando limitado enquanto instrumento de apreensão da realidade. É neste sentido que se faz necessário um método que entenda o espaço geográfico enquanto um todo em movimento, um híbrido de objetos e ações (SANTOS, 1999). Neste caminho, a análise dialética dentro da Geografia se faz necessária.

No atual período técnico-científico e informacional se torna impossível entender esta prática espacial denominada violência se a enxergarmos, apenas, como um recorte da realidade. É por este motivo que este trabalho não pretende ser uma geografia da violência, ou, muito menos, uma geografia do crime e sim, uma geografia dos usos do território. Tal perspectiva é fundamental para que a violência seja entendida mais como uma questão política que meramente técnica. Neste sentido, alguns conceitos e autores aparecem com contribuições fundamentais, dentre eles o de território usado (SANTOS et al. 2000) solidariedades geográficas (SANTOS, 1998), cotidiano (CERTEAU, 1994), além das concepções de poder e violência trazidas por Hannah Arendt (1994).

Esta concepção permite-nos vislumbrar a Geografia enquanto uma ciência do complexo, uma ciência da ação e, portanto, uma ciência do atrito.

Introdução

A ciência do atrito, à que se refere o título deste artigo, remete a duas idéias centrais. A primeira delas é fruto de minhas recordações enquanto ainda estudante do ensino médio. Lembro-me do professor de física ensinando-nos os segredos do “movimento”. Aquilo era simplesmente fascinante, apesar de rapidamente se transformar em frustração, bastando, para isso, que nós o questionássemos a respeito do atrito. Ele sempre respondia que naqueles casos, deveríamos

considerar o movimento sem atrito e que este era demasiadamente complexo para nosso nível de raciocínio. O atrito era um “outro” problema.

Curiosamente, percebo, hoje, a Geografia repetindo as mesmas posturas daquele meu professor: uma ciência sem atrito, com medo do complexo. Esta Geografia analítica, descritiva e reacionária e que considera a questão política como um “outro” problema.

A segunda referência, até como conseqüência da primeira, conclama nós geógrafos para o exercício de uma ciência ativa, participativa e propositiva. Uma Geografia sem medo de enfrentar as contradições; uma ciência que, cada vez mais, lembrando os dizeres do geógrafo Milton Santos, se aproxima da Política.

Tais referências se mostram importantes quando o objetivo é tentar compreender a violência urbana através do método geográfico. E para que esta abordagem possa ser mais do que um conjunto de constatações sobre e fenômeno da violência e se atreva a tentar atingir algumas compreensões não há outro método que não o dialético.

Dialética espacial

O conceito de dialética vem sendo empregado na história da filosofia com significados diversos, partindo da noção de “arte do diálogo” na Grécia Antiga, passando pelo conceito idealista de Hegel como síntese dos opostos, chegando à formulação da dialética por Marx (KONDER, 1981). Löwy (1985) destaca três elementos essenciais ao método dialético, sendo eles: o movimento perpétuo de transformação permanente das coisas, a totalidade e a contradição.

O primeiro princípio da dialética nos chama a atenção à submissão dos fatos sociais ao tempo. Tudo é historicamente delimitado e historicamente limitado, inclusive as noções e os conceitos. A própria idéia de violência, e também a sua institucionalização na forma de crime, é espacialmente e historicamente determinada. Atos antigamente aceitos, hoje são severamente condenados e vice-versa. O homicídio, forma extrema de violência, já foi permitido em tempos atrás, especialmente quando a vítima era um escravo, e atualmente é condenado, sendo que ainda hoje essa condenação é geograficamente relativa, visto que em muitos territórios a pena de morte é aceita. Traduzindo este primeiro princípio em método geográfico, fica clara a importância da periodização e a relevância de conceitos que dão conta dos processos espaciais, como o de formação sócio-espacial (SANTOS, 1979).

O segundo princípio nos diz que não devemos perder de vista em nossas análises o princípio da totalidade. A totalidade não é entendida aqui como totalidade da realidade,[1] até porque isto é algo inatingível. A totalidade “significa a percepção da realidade social como um todo orgânico, estruturado, no qual não se pode entender um elemento, um aspecto, uma dimensão, sem perder a sua relação com o conjunto” (LÖWY, 1985, p. 16). Dessa maneira, a violência nunca será compreendida se não a relacionarmos com o movimento do todo. E o ponto de partida para o estudo da totalidade dentro da Geografia é o conceito de território usado (SANTOS et al. 2000)

---

[1] “A totalidade é mais do que a soma das partes que a constituem.” (KONDER, 1981, p. 37)
“Na realidade, totalidade não significa todos os fatos. Totalidade significa: realidade como um todo estruturado, dialético, no qual ou do qual um fato qualquer (classe de fatos, conjunto de fatos) pode vir a ser racionalmente compreendido.” (KOSIK, 1976, p. 35)

O terceiro elemento diz respeito à noção de contradição presente no conceito de dialética. Baseamo-nos aqui não na proposta idealista de Hegel, mas na releitura deste, feita por Marx, entendendo as contradições como atributos de classes, como um embate constante entre ideologias e utopias (LÖWY, 1985). Mas o embate dos contraditórios, presente no método dialético, prevê também certa coerência entre estes, conforme nos ensina Peet (1975). Este autor nos mostra como a desigualdade é fator intrínseco ao capitalismo e como este depende da existência de classes desiguais para existir como tal. Há, portanto, uma contradição coerente, pois o capitalismo ao mesmo tempo em que é contraditório em relação aos interesses das classes que o compõe, é coerente porque ele depende dessa contradição para existir. É, portanto, ao mesmo tempo desigual e combinado (SANTOS, 1999, p. 101).

Sabemos, porém, que a sociedade não paira sobre um espaço, tido como palco das ações humanas. A sociedade é espaço, um híbrido. Por isso podemos falar em dialética espacial, visto que as desigualdades se concretizam em paisagens, lugares, regiões, territórios desiguais e combinados.

Utilizar o método dialético permite, então, que a violência seja vista não de uma forma dualista, uma discussão entre o bem e o mal, ou entre inclusão e exclusão. Ou ainda, que seja vista como uma associação simplista entre pobreza e violência. Mas que seja encarada como fruto de usos contraditórios e coerentes do território, da contraposição entre horizontalidades e verticalidades (SANTOS, 1998, 1999), espaços opacos e espaços luminosos (SANTOS e SILVEIRA, 2001).

Território usado.

Na Geografia, o método dialético se torna mais claro com a utilização de alguns conceitos, como o de território usado. Essa noção contém em si algumas idéias fundamentais quando o interesse é entender a totalidade e propor intervenções que contemplem a maior parte da população. A primeira delas é que o território usado contempla todos os agentes, tantos os hegemônicos quanto os hegemonizados. Ele conduz à idéia de espaço banal, ou seja, o espaço de todos, todo o espaço. (SANTOS, 1999, retomando o conceito de François Perroux).

A segunda é que o conceito dá conta da idéia de processo, vendo não um espaço estagnado, mas um espaço em constante mutação. Ele é "tanto o resultado do processo histórico quanto a base material e social das novas ações humanas" (SANTOS et al., 2000, p. 2).

Por fim, é uma idéia cara à geografia, pois trata tanto da materialidade (os objetos) quanto das ações. Daí a definição de espaço geográfico de Milton Santos (1998, 1999) como "um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações".

Quando pensamos na questão da violência, o primeiro aprendizado que o conceito de território usado nos traz é o de que a violência não pode ser vista como uma totalidade em si, mas como um recorte, apenas para fins analíticos, do processo. Daí não se falar de uma geografia da violência, menos ainda de uma geografia do crime.

O conceito dá conta, portanto, dos três princípios da dialética, anteriormente citados, pois envolve a noção de processo, de contradição coerente[2] e de totalidade. Este último, permitindo um

[2] "O território usado constitui-se como um todo complexo onde se tece uma trama de relações complementares e conflitantes" (SANTOS et al., 2000, p.3).

interessante diálogo entre o conceito de território usado e o de lugar, ponto de materialização das ações, inclusive daquelas ditas violentas.

Violência

A adoção do método dialético não implica, necessariamente, a negação do método analítico e do hermenêutico. Eles até podem ser usados, desde que subordinados ao dialético. O hermenêutico, por exemplo, se mostra interessante na discussão sobre as variações históricas dos significados dos conceitos, o que pode ser interessante, inclusive, no estudo do conceito de violência.

Definir violência, assim como definir paz, fome, pobreza, é uma tarefa árdua. A violência é uma sensação, e por isso, difícil de ser reduzida a algumas linhas de uma definição. Além disso, ela é historicamente e geograficamente determinada. Uma ação aceita em uma época pode ser condenada em outra e algo considerado violento em uma região pode ser um procedimento comum e legítimo em outra.

Partindo de Aristóteles, temos que violência seria qualquer ação contrária à ordem ou disposição da natureza. Nesse sentido ele distinguia o movimento segundo a natureza e o movimento por violência: o primeiro leva os elementos ao seu lugar natural; o segundo afasta-os. (Abbagnano, 2000).

Sorels (1993) distingue os conceitos de violência e força. O primeiro termo refere-se ao processo de transformação da sociedade e o segundo é voltado à manutenção da ordem existente, sendo próprio da sociedade e do estado burguês. Esta definição é interessante por não trazer a violência como algo necessariamente com conotação pejorativa, podendo ser, até mesmo, revolucionária.

Galtung, (apud CIIP, 2002, p. 24) nos dá pistas para a conceituação da violência, por ele definida em termos da diferença entre realização e potencialidade: “A violência está presente quando os seres humanos são persuadidos de tal modo que suas realizações efetivas, somáticas e mentais, ficam abaixo de suas realizações potenciais”.

Outra forma comum de se definir violência é através de tipologias. CIIP (2002), por exemplo, sugere cinco tipos de violência, de acordo com seu maior ou menor grau de visibilidade. Seriam elas: as violências visíveis (dos tipos coletivo e institucional), as invisíveis (dos tipos estrutural e cultural) e a violência social como uma situação intermediária, uma violência parcialmente visível. As tipologias, porém, são sempre limitadas. Por mais que queiramos organizar o conhecimento em “tipos”, “padrões”, sempre haverá alguma situação que não se encaixará no modelo que tivermos elaborado. Curiosamente, este procedimento possui uma grande aproximação com o método analítico.

Uma definição mais interessante é aquela trazida por Arendt (1994) ao fazer a distinção entre poder e violência. Ao contrário do que estamos acostumados, a autora propõe que poder e violência são atributos inversamente proporcionais, ou seja, onde há mais violência há menos poder e vice-versa.

Para Hannah Arendt, o poder corresponde à habilidade humana não apenas para agir, mas para agir em concerto, em grupo. Poder seria, portanto, sinônimo de capacidade de articulação. Dessa forma, ele nunca é propriedade de um indivíduo, mas de um grupo, e só permanece em

existência na medida em que esse grupo se conserva unido. Já, a violência distingue-se por seu caráter instrumental (Arendt, 1994, pp. 36-37).

Para ela, “a forma extrema do poder é o Todos contra Um e a forma extrema da violência é o Um contra Todos” (p. 35). Dessa forma a tirania seria “a forma mais violenta e menos poderosa de governo”, e é justamente por não conseguir apoio do povo que ela precisa ser violenta. Assim, uma das diferenças entre poder e violência é a de que “o poder sempre depende dos números, enquanto a violência, até certo ponto, pode operar sem eles, porque se assenta em implementos” (p. 35). Mas ela acrescenta que “a violência sempre pode destruir o poder; do cano de uma arma emerge o comando mais efetivo, resultando na mais perfeita e instantânea obediência. O que nunca emergirá daí é o poder. [...] Substituir o poder pela violência pode trazer a vitória, mas o preço é muito alto, pois ele é pago não apenas pelo vencido como também pelo vencedor, em termos de seu próprio poder” (p. 42). E “com a perda do poder torna-se uma tentação substituí-lo pela violência” (p. 43).

Uma outra distinção que se faz necessária é aquela entre violência e crime. Crime é qualquer infração à lei. É, portanto, um julgamento de uma ação em cima de argumentos legais. Enxergar a violência como sinônima de crime é reduzir a discussão apenas àqueles atos que a lei prevê. Mas a violência é uma noção mais ampla e mais sutil. Além disso, a confusão não se justifica também pelo fato de que nem todos os crimes são necessariamente violentos. Esta discussão nos remete a outra, também necessária, que diz respeito à tênue fronteira entre e legalidade e a ilegalidade e como este limite é flexível quando o que está em discussão são os atos cometidos por agentes hegemônicos.

Também é importante destacar que segurança pública não é necessariamente o oposto de violência. Basta lembrarmos dos inúmeros casos no Brasil de violência policial.

Por fim, vale lembrar que considerar apenas ações como homicídios, roubos, furtos, estupros como atos violentos pode ser uma perspectiva reacionária e não dialética se não são consideradas inúmeras outras formas de violência menos explícitas e, até por isso, mais perversas. Muitas vezes um roubo é apenas uma manifestação de resistência dos mais pobres, os quais estão sujeitos a outras formas de violência muito mais graves. Por que não falar, então, da globalização como forma de violência, ou como perversidade conforme sugere Santos (2000). E a violência das privatizações, decorrentes deste processo? E a guerra fiscal, ou guerra dos lugares, não seria também uma violência? E a violência do Estado, de que Lênin (1981) já nos alertava. Ou ainda, por que não falar da violência do dinheiro e da informação (SANTOS, 2000)?

Solidariedades Geográficas

A distinção proposta por Arendt pode trazer reflexões interessantes quando associada ao conceito de solidariedades geográficas. Primeiramente, é o sociólogo Durkheim (apud Castillo et al., 1997) quem fundamenta a noção de solidariedade social, a qual, segundo ele, seria o ponto de partida para a organização em sociedade. O seu oposto seria a anomia, a ausência de normas de convivência, a desorganização social. O seu sentido aqui é o de “laço ou vínculo recíproco de pessoas ou coisas independentes (...) de dependência recíproca” (FERREIRA, 1995). Portanto, não envolve uma conotação moral, mas diz respeito às relações de interdependência mantida entre os

indivíduos, empresas, instituições, ou seja, à “realização compulsória de tarefas comuns, mesmo que o projeto não seja comum” (SANTOS, 1999, p. 132).

Durkheim identifica duas formas de solidariedade: a mecânica e a orgânica. A primeira diz respeito à identificação do indivíduo com o grupo social ao qual pertence, ou seja, baseia-se nas semelhanças entre indivíduos. É devido a ela que um indivíduo enfurecido, na maioria das vezes, não age de forma extremamente violenta e mata aquele que lhe desagradou. Existe uma série de normas formais e informais que o impedem de exercer tal ação. Não é só porque sabe que terá que responder à lei que ele não pratica o ato, mas porque existem outras maneiras informais de controle social que o coagem a não praticá-lo. Ele sabe que será julgado pela sociedade que o discriminará por ter agido de forma contrária aos usos (ORTEGA Y GASSET, 1973), ou seja, por ter cometido um abuso.

Já a solidariedade orgânica se fundamenta justamente na diferença, pois trata da complementaridade dada entre indivíduos através da divisão do trabalho. Um indivíduo hoje dificilmente conseguiria sobreviver isolado, fora da sociedade, visto que a divisão do trabalho é algo histórico, social, nos fazendo cada vez mais dependente dela. Obviamente ao propor estas duas solidariedades Durkheim está fazendo uma divisão analítica, sendo que as duas realidades não passam de uma só.

O atual período, de unicidade técnica planetária (SANTOS, 1999, p. 154), mundialização das relações e especialização dos lugares, deixa evidente a existência de uma divisão do trabalho não apenas social, mas também territorial, o que justifica falarmos também em solidariedades não só sociais, mas, sobretudo geográficas.

Milton Santos (1998) propõe duas formas de solidariedades geográficas: uma orgânica e outra organizacional. A solidariedade orgânica relaciona-se com uma ordem local e se baseia nas contigüidades espaciais, ou seja, nas horizontalidades. Seu surgimento é espontâneo, o que a contrapõe à organizacional, a qual tem um caráter muito mais deliberado. Esta, por sua vez, está atrelada à razão global, às verticalidades, tendo como sustentação um sistema de objetos esparsos dispostos em rede e apresentando como principal característica a informação.

Castillo et al. (1997) ainda sugerem uma terceira forma de solidariedade geográfica, a institucional, a qual é dada pelas normas e ações políticas nas escalas do município, do Estado federado e do Estado-nação. Tal solidariedade explicita a existência da guerra fiscal, ou ainda, da guerra dos lugares (SANTOS, 2002, p. 87), as quais têm implicações nas condições de vida da população, podendo ser fonte de desigualdade, portanto, geradora de outras formas de violência.

Podemos agora articular os conceitos de solidariedades geográficas com o par poder/violência propostos por Arendt. Como vimos, o poder nasce do grupo, enquanto a violência é um atributo individual, baseando-se em instrumentos. Poder, então, é sinônimo de capacidade de articulação. O conceito de solidariedade também trabalha com esta mesma noção de articulação. Portanto, por um silogismo simples, solidariedades geográficas são sinônimas de poder.

Com esse raciocínio fica mais claro entendermos, por exemplo, qual é a fonte de poder do narcotráfico, um dos grandes responsáveis pela violência no Brasil. Este não é poderoso por ser violento. Mas, pelo contrário, por ser capaz de se articular, ou seja, criar solidariedades tanto

orgânicas, por exemplo, junto a alguns policiais da região, aos moradores de uma favela, quanto organizacionais, junto a grandes empresários, políticos, autoridades policiais, banqueiros, todos interligados em redes pelo mundo.

Nesta mesma linha, podemos entender o poder das organizações criminosas dentro dos presídios. A cada dia ficamos mais impressionados com as matérias veiculadas nos jornais mostrando a atuação de presos que continuam praticando ações criminosas mesmo estando encarcerados. Mas em que se baseia o poder desses homens? Na violência? Nas poucas armas que têm? Acreditamos que não. A principal arma do presidiário é o seu poder de articulação. Estes, muitas vezes, se articulam com os próprios agentes carcerários ou com os seus advogados particulares, os quais ficam responsáveis em levar e trazer informações, armas, dinheiros. É este mesmo raciocínio que nos leva a crer que os bloqueadores de celulares em presídios sejam uma grande ilusão, visto que bastam alguns acordos e os celulares passam a funcionar livremente nesses locais. O celular sim é a grande arma dos presidiários. Esse é um dos argumentos que nos permite defender que não existe presídio de segurança máxima, ou que, pelo menos, segurança máxima não é um atributo puramente técnico, mas também político.

Tentar desarticular a parte organizacional do crime é algo extremamente complicado e que as autoridades policiais se vêm mostrando incapazes de fazer. Talvez uma solução mais coerente seja investir na retomada da cidadania, no fortalecimento das solidariedades orgânicas cidadãs, não deixando espaço para que o crime produza suas próprias solidariedades.

Tudo isso nos leva a defender que a solução para a violência não está nem na repressão exagerada nem em se trancafiar em condomínios fechados, investir em carros blindados e, muito menos, em colocar câmeras de vídeo pelos bairros à moda dos “reality shows”. A solução vai muito mais ao sentido de retomar as solidariedades orgânicas perdidas nos lugares.

Lugar e cotidiano

> “A rua arranca as pessoas do isolamento e da insociabilidade. Teatro espontâneo, terreno de jogos sem regras precisas, e por isto mais interessantes, lugar de encontros e solicitudes múltiplas – materiais, culturais, espirituais, a rua resta indispensável.”
>
> (Eduado Yazigi. O Mundo das Calçadas)

O lugar é a materialização da idéia abstrata de território usado. (SOUZA, 2005). Ele é o verdadeiro espaço da ação, pois é nele que os eventos se tornam materialidades. Ele é um misto de verticalidades e horizontalidades[3], pois abrange tanto os nós das redes, os pontos das solidariedades organizacionais, como também abriga as solidariedades orgânicas, que são a sua marca. É, segundo Santos (1999, p. 131), um espaço do acontecer solidário. E para entender melhor o significado deste acontecer solidário, o conceito de cotidiano se mostra útil.

---

[3] “As verticalidades são vetores de uma racionalidade superior e de seu discurso pragmático, criando um cotidiano obediente. As horizontalidades são tanto o lugar da finalidade imposta de fora, de longe e de cima, quanto o da contrafinalidade, localmente gerada, o teatro de um cotidiano conforme, mas não obrigatoriamente conformista e, simultaneamente, o lugar da cegueira e da descoberta, da complacência e da revolta.” (SANTOS, 1998 p. 93)

O cotidiano é um conceito dialético no sentido de que ao mesmo tempo em que ele traz uma noção de rotina, de repetição, ela também carrega uma idéia de criatividade, de improvisação. O cotidiano é simultaneamente repetitivo e inventivo[4].

O cotidiano é a materialização do tempo da globalização[5]. Santos (1998, p. 82) afirma que "há apenas um relógio mundial, mas não um tempo mundial." Isto se dá porque cada lugar tem seu tempo, sua forma de transformar o relógio mundial em tempo local, ou, em outras palavras, em cotidiano.

O lugar e o cotidiano são as instâncias maiores da co-presença, do encontro, da espontaneidade e da criatividade que só o acaso é capaz de gerar. Porém, o urbanismo recente vem criando novas formas cujas intencionalidades vão justamente de encontro a estas idéias. São formas que priorizam a segregação, a homogeneidade e a monotonia. Ao invés de um incentivo a um cotidiano heterogêneo e revolucionário, o que vemos é um incentivo às práticas de isolamento através das construções de enclaves fortificados (CALDEIRA, 2002).

Não bastassem estas novas formas, vemos também o surgimento rápido de novas técnicas de vigilância[6], sendo as câmeras o exemplo mais ilustrativo. Tais objetos devem ser analisados de forma dialética, pois juntamente com o suposto benefício que eles podem trazer, eles geram toda uma série de novas formas de comportamento que incentivam os preconceitos, a segregação e as neuroses urbanas.

Curiosamente, em um período marcado pela racionalidade, é o medo, um atributo altamente subjetivo e do âmbito da emoção e não da razão, que aparece como a justificativa da implantação destes novos objetos técnicos. É este mesmo medo que incentiva o "endurecimento" da polícia ou, em outras palavras, o aumento da violência policial.

A dialética se faz importante ao mostrar que estas novas ações e objetos que ameaçam as solidariedades orgânicas acabam sendo, na verdade, promotoras e não redutoras de violência. Retomando o conceito de poder de Arendt, isto fica mais claro, pois o isolamento reduz o poder, visto que diminui as possibilidades de existências de pactos, de ações em conjunto, deixando espaço para a violência.

---

[4] "Na cidade 'luminosa', moderna, hoje, a 'naturalidade' do objeto técnico cria uma mecânica rotineira, um sistema de gestos sem surpresa. Essa historicização da metafísica crava no organismo urbano áreas constituídas ao sabor da modernidade e que se justapõe, superpõe e contrapõe ao resto da cidade onde vivem os pobres, nas zonas urbanas 'opacas'. Estas são os espaços do aproximativo e da criatividade, opostos às zonas luminosas, espaços da exatidão. Os espaços inorgânicos é que são abertos, e os espaços regulares são fechados, racionalizados e racionalizadores." (SANTOS, 1999, p. 261)

[5] "O tempo se dá pelos homens. O tempo concreto dos homens é a temporalização prática, movimento do Mundo dentro de cada qual e, por isso, interpretação particular do Tempo por cada grupo, cada classe social, cada indivíduo." Os homens rápidos não vêem direito a cidade. "... os espaços luminosos da metrópole, os espaços da racionalidade, é que são, de fato, os espaços opacos." "No entanto, encorajada pela mídia, a ciência social (e nela, a urbanologia) dá realce aos temas de horror, quando na metrópole já acontecem fenômenos de enorme conteúdo teleológico, apontando para um futuro diferente e melhor. Nosso esforço deve ser o de buscar entender os mecanismos dessa nova solidariedade, fundada nos tempos lentos da metrópole e que desafia a perversidade difundida pelos tempos rápidos da competitividade." (SANTOS, 1998, p. 83)

[6] "Se é verdade que por toda a parte se estende e precisa a rede da 'vigilância', mais urgente ainda é descobrir como é que a sociedade inteira não se reduz a ela: que procedimentos populares (também 'minúsculos' e cotidianos) jogam com os mecanismos da disciplina e não se conformam com ela a não ser para alterá-los; enfim, que 'maneira de fazer' forma a contrapartida, do lado dos consumidores (ou 'dominados'?), dos processos mudos que organizam a ordenação sócio política." CERTEAU (1994, p. 41)

Constatar não é compreender: limitações do método analítico

O método analítico congela a realidade, a descreve, a analisa e, por fim, faz deduções (SOUZA, 2005). Ele é, portanto, idealista no sentido de que pensa um mundo sem contradições. Ele já foi o raciocínio central da escola quantitativa da Geografia, mas acabou cedendo espaço às idéias marxistas da chamada Geografia Crítica. Hoje ele retoma forças, travestido pelas novas tecnologias do Geoprocessamento.[7]

A contribuição do Geoprocessamento como instrumento de análise geográfica é inegável. Com ele, os eventos podem ser rapidamente mapeados e estudados. O problema está quando os meios são confundidos com os fins. O geoprocessamento é um instrumento de representação do espaço geográfico e, como qualquer representação, ele é uma redução. A imagem de satélite, por exemplo, é uma dupla redução do espaço geográfico visto que ela é apenas uma estatística da paisagem (CASTILLO, 2002) e esta, por sua vez, é uma fração congelada do espaço.

Os mapas também devem ser analisados com cuidado, pois, conforme nos mostra Monmonier (1996), os mapas mentem. O processo de elaboração cartográfica é carregado de generalizações e simplificações. O espaço que ele representa é uma das várias combinações possíveis. Sem falar que os mapas se baseiam em estatísticas e estas, conforme afirma Huff (1973), também mentem.

No caso das estatísticas policias, tais mentiras são mais evidentes. Uma multiplicação de ocorrências em um distrito policial, por exemplo, pode representar tanto um real aumento da criminalidade quanto uma atuação mais eficiente da polícia. Além disso, Felix (2002) e Caldeira (2000) nos mostram o quanto a polícia age a partir de estereótipos na hora de abordar um suspeito, inflando, por exemplo, os números em relação à população negra.

Dados como *causas mortis* também não fogem à regra visto que podem trazer informações destorcidas. Uma pessoa que levou um tiro e não veio a falecer no momento da ação, poderá fazê-lo uma ou duas semanas depois e ser catalogada como morte por infecção generalizada, por exemplo. Sem contar o despreparo dos funcionários públicos no que concerne ao preenchimento de boletins de ocorrência e declarações de óbitos, por exemplo. Vale dizer também que a própria representação da violência a partir de um número, uma estatística, já é uma enorme redução.

Os mapas criminais são, portanto, também uma dupla redução do espaço geográfico. Por isso, eles jamais devem ser o ponto de partida para uma análise geográfica da violência. Eles não precisam ser ignorados, mas apenas utilizados com cautela e com o conhecimento de todos os vícios que possam conter.

Somente dentro da escola analítica cabem afirmações como a de Francisco Filho (2003), para quem o Geoprocessamento é capaz de trabalhar com relações de causa e efeito[8], dentro dos

---

[7] O Geoprocessamento é entendido aqui como um conjunto de tecnologias compostas pelo Sensoriamento Remoto, Cartografia Digital, Sistemas de Informações Georreferenciadas (SIG) e Sistemas de Posicionamento Global (GPS), além de outras tecnologias que lhe dão suporte como a geoestatística, os bancos de dados e a computação gráfica.

[8] "O geoprocessamento se caracteriza como uma ferramenta de extremo valor para a análise de fenômenos com expressão territorial, pois permite sua espacialização através da quantificação, qualificação e localização, bem como o relacionamento com outras variáveis espaciais, estabelecendo uma relação de causa e efeito

estudos sobre violência. Porém, Kosik (1976, p. 90) nos alerta que "querer estabelecer uma contraposição entre os efeitos e as causas significa não saber apreender a essência do problema".

Outro exemplo analítico dentro dos estudos geográficos é a relação que Mendonça (2001) faz entre clima e criminalidade. A violência, porém, não pode ser compreendida apenas através de correlações. Primeiramente porque as correlações se baseiam em estatísticas e, como já foi dito, estas mentem. Segundo, porque o máximo que as correlações conseguem atingir são algumas constatações, o que não significa necessariamente um passo no sentido das compreensões.

O planejamento territorial, comumente, alimenta-se dos preceitos da escola analítica, sendo que uma abordagem dialética para ele também se impõe.

Planejamento Territorial

> "Através da ação sobre as formas, tanto novas como renovadas, o planejamento constitui muitas vezes meramente uma fachada científica para operações capitalistas."
>
> (Milton Santos, A Totalidade do Diabo)

A escola analítica vê o planejamento como um conjunto de técnicas e de procedimentos[9]. Para ela, os problemas do planejamento serão resolvidos com melhores tecnologias e novas formas de se fazer. A dialética já nos permite uma visão diferente, vendo o planejamento não apenas como uma questão técnica, mas também como uma questão política, ou seja, como um embate de interesses.

Praticamente em todos os municípios do Brasil, as administrações municipais recortam os territórios setorialmente. É um planejamento desconexo, em que cada setor enxerga e regionaliza o território à sua maneira. A educação não conversa com a saúde, que por sua vez não conversa com as finanças e estas não se entendem com a segurança pública. No caso desta última, o problema se mostra mais grave quando polícia militar e polícia civil trabalham desconexas, caso comum em todos os Estados da Federação.

A setorização da administração pública provoca resultado semelhante ao da disciplinarização do conhecimento. Assim como a transdisciplinaridade não é apenas a soma das disciplinas, o planejamento territorial não é apenas a soma dos setores. Certeau (1994, p. 119) alertava-nos que "é fora das fronteiras da disciplina que as práticas formam a realidade opaca de onde pode nascer uma questão teórica". Assim como é fora dos setores, é no território usado, que pode nascer um planejamento realmente justo. A dialética nos leva a pensar, portanto, um planejamento territorial e não setorial, em que é o território usado e, não os setores, quem dita as regras.

---

extremamente útil a todos aqueles que têm como função a gestão do espaço urbano." (FRANCISCO FILHO, 2003, p. 3).

[9] Ferraz (1994, p. 11) nos dá um bom exemplo de como a analítica entende o planejamento ao dizer que "as causas da violência não se situam nas áreas da sociologia, do direito e da sociologia, mas, sim, no âmbito da organização física da cidade, área da engenharia".

O planejamento setorial é aderente aos interesses dos agentes hegemônicos, é favorável às verticalidades e não às horizontalidades. Por ser pretensamente apolítico, neutro e técnico, ele encobre as perversidades feitas através dos acordos entre Estado e interesses privados.[10]

O planejamento territorial precisa levar em conta o conceito de cotidiano e a noção de complexidade[11]. Deve levar em conta, também os interesses dos lugares[12] e não apenas interesses externos a estes. Planejar a cidade passa a ser, então, uma questão de articulações, de acordos. Mas não apenas os acordos entre alguns poucos agentes hegemônicos e sim entre todos os agentes, inclusive os hegemonizados.[13] Os geógrafos precisam, então, estar preparados para compreender este novo momento. E esta compreensão não poderá vir, senão, pelo método dialético.

Considerações Finais

A violência não é, por si só, objeto de estudo da Geografia. Para os geógrafos cabe estudá-la enquanto prática espacial, fruto de usos específicos do território.

Mas para que a Geografia possa ser realmente uma ciência do atrito, ou seja, uma Geografia da ação é necessário que ela consiga superar as limitações do método analítico e que se envolva profundamente com o dialético.

Tal abordagem permite-nos elaborar algumas compreensões sobre a violência, como a de que ela é muito mais um problema de política do que de técnica. Possibilita-nos, também, enxergar a violência da maneira como ela realmente é, complexa. Anima-nos por fim, a acreditar em uma Geografia revolucionária, uma geografia que consiga entender o período popular da história (SANTOS, 2000), momento este que não será necessariamente pacífico.

Para terminar, lembremo-nos da provocação de Marx em sua décima-primeira tese sobre Feuerbach, a qual poderia ser reinterpretada para a Geografia: “Os filósofos têm se limitado a interpretar o mundo; trata-se, no entanto, de transformá-lo”. E os analíticos têm se limitado a descrever a violência; trata-se, no entanto, de compreendê-la. E, “compreender é mudar”, como já dizia Sartre.

---

[10] “A planificação urbana não é mais o produto de um código de urbanismo, mas sim o resultado de acordos mais ou menos explícitos estabelecidos entre os dirigentes do aparelho do Estado, alguns interesses econômicos e financeiros e um punhado de políticos locais... O Estado seleciona alguns grupos econômicos e sociais que transforma em parceiros privilegiados e com os quais exerce arbitragens.” (LOJKINE, 1981, p. 54)

[11] “Ao destruir a rua como espaço para a vida pública, o planejamento modernista também minou a diversidade urbana e a possibilidade de coexistência de diferenças.” (CALDEIRA, 2000, p. 311)

[12] “Parece claro que, se os problemas da metrópole surgiram de imposições alienantes, que cercearam a participação de cidadãos na produção do seu espaço, uma primeira esperança será a de reconquistar a participação do povo”. (MORAIS, 1981, p. 102)

[13] “Planejar a cidade é ao mesmo tempo pensar a própria pluralidade do real e dar efetividade a este pensamento do plural: é saber e poder articular.” (CERTEAU, 1994, p. 172)

Bibliografia

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

ARENDT, H. **Sobre a violência**. Tradução de André Duarte. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1994

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de Muros: Crime, segregação e cidadania em São Paulo**, São Paulo: Edusp, 2000. 400 p.

CASTILLO "A Imagem de Satélite como Estatística da Paisagem: crítica a uma concepção reducionista da Geografia". **Ciência Geográfica**, Bauru, vol. 1, n. 7, p.39-42, jan/abr. 2002.

CASTILLO, Ricardo, TOLEDO, Rubens. e ANDRADE, Julia. "Três Dimensões da Solidariedade em Geografia. Autonomia Político-Territorial e Tributação". **Experimental,** São Paulo, nº 3, p. 69-99, setembro, 1997.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano**: 1. Artes de fazer. Petrópolis, Rj: Vozes, 1994 (1980)

CIIP - Centro Internacional de Investigação e Informação para a Paz; Universidade para a Paz das Nações Unidas, **O estado da paz e a evolução da violência**: a situação da América Latina, trad. Maria Dolores Prades, Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2002. CORREA, Roberto Lobato. *Região e Organização Espacial*. São Paulo: Ática, 1986.

FELIX, Sueli Andruccioli, **Geografia do Crime**: interdisciplinaridade e relevâncias, Marília: UNESP – Publicações, 2002.

FERRAZ, Hermes. **A Violência Urbana**: ensaio. São Paulo: joão Scortecci Editora, 1994.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio Básico da Língua Portuguesa**. São Paulo: Folha de São Paulo, 1995.

FRANCISCO FILHO. **Distribuição Espacial da Violência em Campinas**: uma análise por Geoprocessamento. Tese de Doutorado Rio de Janeiro: UFRJ/IG, 2003

HUFF, Darrell. **How to Lie with Statistics**. London: Penguin Books, 1973.

LÊNIN, V.I. **Obras Escolhidas**. São Paulo: Editora Alfa Ômega, 1980.

LOJKINE, J. **O Estado Capitalista e a Questão Urbana**. São Paulo, Martins Fontes, 1981.

LÖWY, Michael. **Ideologias e Ciência Social**: elementos para uma análise marxista. São Paulo, Cortez, 1985.

KONDER, Leandro. **O que é dialética**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976. 230 p. (1963)

MENDONÇA, Francisco. **Clima e Criminalidade**: ensaio analítico da correlação entre a temperatura do ar e a incidência da criminalidade urbana. Curitiba: Editora da UFPR, 2001. 182 p.

MELGAÇO, Lucas. Uso do Território pela Violência. In: SOUZA, Maria Adélia de. **Território Brasileiro**: usos e abusos. Campinas: Edições TERRITORIAL, 2003, p. 524-533.

MELGAÇO, Lucas e ALBUQUEQUE, Mariana. **Território Recortado**. Anais do VI Congresso Brasileiro de Geógrafos. Goiânia. 18 a 23 de Julho de 2004.

MONMONIER, Mark. **How to lie With Maps**. Chicago and London: University of Chicago Press, 1996. 208 p.

MORAIS, Regis de. **O que é Violência Urbana**. São Paulo: Brasiliense, 1981. 116p.

ORTEGA Y GASSET, J. **O Homem e Gente**. Trad. J. Carlos Lisboa. Rio de Janeiro: Ibero- Americano, 1973

PEET, Richard. *:* "Inequality and Poverty: a marxist-geographic theory". **Annals of the Association of American Geographers**, 65 (4): 564-575, 1975.

SANTOS, Milton. **Espaço e Sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1979.

_____**A Natureza do Espaço**: razão e emoção, 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1999, 308 p.

_____**Técnica, espaço e tempo**. São Paulo: Hucitec, 1998. 190 p.

_____ **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro, São Paulo: Editora Record, 2000.

_____**O País Distorcido**. São Paulo: Publifolha, 2002.

_____ "A Totalidade do Diabo: como as formas geográficas difundem o capital e mudam as estruturas sociais". In: **Economia Espacial**. São Paulo: EDUSP, 2003. p. 187-202.

SANTOS, Milton. et al. **O Papel Ativo da Geografia: um manifesto**. XII Encontro Nacional de Geógrafos. Florianópolis, Julho de 2000.

SANTOS, Milton. e SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil**: Território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001, 471 p.

SOUZA, Maria Adélia de. **Notas dos seminários de orientação**. Campinas, Sindicato dos Médicos, 2005.

SOREL, Georges. **Reflexões Sobre a Violência.** Petrópolis: Vozes, 1993.

YAZIGI, Eduardo**. O Mundo das Calçadas**. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP; Imprensa Oficial do Estado, 2000. 548 p.